



PROPOSTAS E
DETALHAMENTO
APROVADAS NO
ENCONTRO SOBRE
PERSPECTIVAS DAS
FAVELAS DAINTE DE
SEU DIREITO À CIDADE

1. ESTIMULAR UM PACTO FEDERATIVO MAIS RADICALIZADO E CENTRADO NOS DESAFIOS EXISTENTES PARA AS FAVELAS

Existe a consolidação de uma agenda pública baseada na desigualdade. Para além disso, a existência de projetos transversais que discutem a pauta da favela é fundamental. Na agenda de enfrentamento da questão habitacional, as iniciativas “Minha Casa, Minha Vida” e o “PAC - Favelas” promoveram ações diretas dentro das favelas, sendo o Rio de Janeiro uma das cidades que mais receberam recursos. Pensar uma forma integrada entre as esferas de governo em todas as instâncias, conselhos e comunidade é a forma possível para construir uma política pública efetiva para a favela. É necessário que movimentos sociais e representações de favelas ocupem espaços de controle da cidade para que sejam escutados e haja diálogos horizontais.

2. CRIAR INTERVENÇÕES URBANAS PARTICIPATIVAS CONTÍNUAS NAS FAVELAS, COM METODOLOGIAS MAIS PRÓXIMAS DE SUA REALIDADE

Intervenção cartesiana na favela sem uma metodologia clara e sem a participação do(a) favelado(a) nas deliberações é uma ação que não cabe mais no contexto em que estamos, uma agenda de participação da favela nas decisões deve ser central. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) deve ser guia para decisões sobre as emergências nas favelas, sendo um direcionador de quais territórios devem receber as ações.

3. INCLUIR NA DISCUSSÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM FAVELAS O TEMA RACIAL E DE GÊNERO

A discussão sobre o racismo estrutural e de gênero tem que ser incorporada no debate público, para que a real transformação seja possível. É importante para o povo negro buscar participações e discutir “que país nós queremos” e que ações (comunicação, compartilhar conhecimento) podem ser tomadas em prol da transformação das realidades.

4. ESTIMULAR A DISCUSSÃO DA TERRITORIALIZAÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO DIRECIONADO A FAVELA, ESPECIALMENTE A NÍVEL MUNICIPAL

O dinheiro público tem que ser disputado e não ser usado para perpetuar a lógica de intervenção pontuais nas favelas. O financiamento urbano direcionado à favela é fundamental, como direcionar fundos advindos de IPTU, da privatização da Cedae/RJ e outras taxas cobradas de áreas privilegiadas da cidade.

5. INSERIR NOS DEBATES DO DIREITO À CIDADE OS TEMAS CLIMÁTICOS ESPECÍFICOS DAS FAVELAS

As discussões e tratados sobre o clima caminharam, mas ainda assim não deram conta de lidar com a crise ambiental que o Rio de Janeiro vive em seus territórios de favela. Para a população preta da favela esta é uma urgência, pois a falta de saneamento, água, poluição de rios, dentre outras, já fazem parte da realidade. O discurso “vamos mudar o planeta” não abarca o questionamento sobre o sistema capitalista que está gerando a emergência climática. Criam-se compromissos ambientais com a comunidade internacional, enquanto para as favelas e periferias, vítimas diretas do racismo ambiental, pautam-se políticas públicas que não dialogam com o local.

6. INSERIR NO DEBATE DO DIREITO À CIDADE O TEMA DAS DROGAS, SEUS DESDOBRAMENTOS E SUA INCORPORAÇÃO ÀS AGENDAS URBANÍSTICAS

É necessário a criação de centros de atendimento a pessoas dependentes de álcool e drogas; pontuar questões sobre política da liberdade, desencarceramento penal e controle dos agentes de segurança pública. A violência nos territórios de favelas face ao aumento da violência e da letalidade da juventude negra fez surgir novas formas de organização, como os coletivos de mães de vítimas da violência. São as mulheres que farão o enfrentamento, as denúncias, e criam situações de sobrevivência, movimentando consigo a estrutura. A ruptura democrática está impressa no corpo das mulheres negras.

7. ESTIMULAR O DEBATE DA RECUPERAÇÃO DAS TRADIÇÕES PRESENTES NESTES TERRITÓRIOS ATRAVÉS O FORTALECIMENTO DE REDES E ENCONTROS LOCAIS

É necessário que se discuta a ocupação dos espaços de favelas pautando essa questão dos direitos da população, sua organização e participação. A pandemia possibilitou a criação de uma rede de solidariedade entre a população, instituições e movimentos sociais. É importante dar continuidade a sensibilização da população das favelas e periferias, não apenas para informar, mas demonstrar as implicações ligadas aos problemas do território, mobilizar e trazer o entendimento de que essa realidade é mutável.

8. INCIDIR JUNTO AO SISTEMA PÚBLICO DE PRODUÇÃO DE DADOS E ESTATÍSTICAS PARA QUE O CENSO SEJA REALIZADO E PARA QUE SEJAM REVISTAS AS METODOLOGIAS DE COLETA DE INFORMAÇÕES SOBRE AS FAVELAS

O censo demográfico é importante para materializar as necessidades das favelas e lutar pela garantia de direitos. É fundamental ter estatísticas sobre a favela que não sejam distorcidas da realidade desses espaços urbanos.

Para saber mais sobre o Ibase e a defesa de direitos, acesse www.ibase.br.

PROPOSTAS E DETALHAMENTO APROVADAS NO ENCONTRO SOBRE PERSPECTIVAS DAS FAVELAS DAINTE DE SEU DIREITO À CIDADE

Maio de 2022

Realização



Parceria



Participação

